

RESOLUÇÃO DP Nº 116.2006, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006.

**ESTABELECE NORMAS REGULAMENTADORAS
PARA A PREVENÇÃO DE POLUIÇÃO AMBIENTAL NA
MOVIMENTAÇÃO DE SÓLIDOS A GRANEL E EM
SACARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do Artigo 18 do Estatuto e, considerando:

- os artigos 33 ,37, 38 e 39 da Lei nº 8.630, de 25/02/93;
- a legislação ambiental, em especial as Leis nº 9.97/76, nº 6.938/81, nº 9.605/98, nº 9.966/00 e a Lei nº 12.300/06, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos;
- a NR 29, aprovada pela Portaria nº 53, de 17/12/97, e alterada pela Portaria nº 158, de 10/04/06, do Ministério do Trabalho e Emprego;
- o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 149/2006, de 03/05/06, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e esta CODESP;
- a necessidade de recuperar, preservar e melhorar a qualidade ambiental e que as infrações à segurança do trabalho e as agressões ao meio ambiente estão respaldadas em ampla legislação, detalhada e severa.

RESOLVE:

1. Tornar oficial e obrigatório o atendimento às "Normas Regulamentadoras para Prevenção de Poluição Ambiental - Movimentação de Sólidos a Granel e em Sacarias", anexa;
2. Proibir o lançamento ou liberação de partículas ao ar, água e solo nas movimentações de sólidos a granel;
3. As operações de sólidos a granel ou em sacarias deverão ser imediatamente paralisadas quando:

RESOLUÇÃO DP Nº

- 3.1 os odores emanados em decorrência das movimentações se tornarem persistentes, causando desconforto ou incômodos aos trabalhadores ou aos transeuntes do local;
 - 3.2 a limpeza, o recolhimento e o acondicionamento adequado de resíduos não forem realizados imediatamente na ocorrência de eventuais quedas ou derrames ao solo;
 - 3.3 a recuperação, retirada e o recolhimento de quaisquer produtos, cargas e mercadorias, volumes e objetos, materiais, embalagens e outros que venham a cair nas águas do sistema estuarino não forem imediatos;
 - 3.4 não forem atendidas as Normas de Segurança e Saúde do Trabalho.
4. Determinar às Superintendências de Fiscalização de Operações - DSF, da Diretoria de Infra-estrutura e Serviços - DS, a incumbência de manter as sistemáticas de fiscalização, coerção e autuação; à de Qualidade, Meio Ambiente e Normalização - DCQ, da Diretoria Comercial e de Desenvolvimento - DC, a incumbência de manter as sistemáticas de inspeções, suporte técnico à fiscalização e atendimento às emergências ambientais e, à da Guarda Portuária e Vigilância Patrimonial - DFG, da Diretoria de Administração e Finanças - DF, a incumbência de recrudescer as sistemáticas de entrada e saída, bem como de identificação de responsáveis, além de elaborar o competente Registro Diário de Ocorrências - RDO, quando solicitada por outra Superintendência.

Ficam revogadas as disposições em contrário e a presente resolução entra em vigor a partir desta data.

José Carlos Mello Rego
Diretor-Presidente

R118.doc.min/DCQ/MS.7